

Termo de Referência

Consultoria por Produto – Pessoa Física

1. Código e Título do Projeto

PNUD BRA 18/008 – Fortalecimento da garantia e promoção de Direitos das Pessoas com Deficiência

2. Número do Edital

Edital nº 02/2020

3. Organismo Internacional

PNUD – Programa das Nações unidas para o Desenvolvimento

4. Secretaria Temática Demandante

Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNDPD

5. Supervisor Técnico

Supervisor Técnico: Josué Ribeiro Costa da Silva

Cargo: Coordenador-Geral da Comissão Interministerial de Avaliação

Supervisor Técnico (Substituto): Adriana Haas Villas Boas

Cargo (Substituto): Coordenadora-Geral das Pessoas com Doenças Raras

6. Antecedentes e Justificativa

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNDPD é um órgão integrante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH e conta com a Coordenação-Geral da Comissão Interministerial de Avaliação. Essa Comissão tem como responsabilidade fazer cumprir a Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, para instaurar

processos administrativos para verificação do enquadramento dos interessados na condição de beneficiários da pensão especial; e fazer cumprir o Decreto nº 6.168, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.

O Brasil tem protagonismo destacado na luta pelos direitos humanos das pessoas atingidas pela hanseníase. Seguindo a experiência japonesa, o Brasil foi o segundo país no mundo a reconhecer e indenizar as pessoas que foram submetidas ao isolamento compulsório nos antigos hospitais colônia. Devido a esse histórico, é necessário pensar em políticas públicas centradas na superação dos determinantes da exclusão e do estigma a que são submetidas as vítimas da Hanseníase e seus familiares. Deve-se, portanto, investir na promoção dos direitos humanos no enfrentamento das iniquidades e opressões.

A consultoria requerida será fundamental para orientar ações a serem empreendidas no âmbito desta SNDPD para a subsidiar a formulação de políticas públicas e para estabelecer e monitorar procedimentos exequíveis na área em destaque.

Os estudos sobre Direitos Humanos e Hanseníase, em apoio às ferramentas de políticas públicas, tem evoluído conceitualmente, acompanhando as recentes mudanças de paradigma sobre a enfermidade, deste modo a complexidade da situação da Hanseníase na população brasileira, que congrega problemas de tão grande diversidade no que se refere aos determinantes e a intervenção, coloca enormes desafios para o MMFDH.

A discriminação é o resultado de uma ação ou omissão que viola os direitos humanos, seja ela em função de origem étnica, sexo, idade, estado civil, deficiência, opção religiosa, doença contagiosa, e outros. Assim, a partir dessa compreensão, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos vem se engajando no desenvolvimento de políticas públicas que resultem em redução da discriminação por meio de ações de sensibilização e conscientização.

Para aumentar a efetividade das políticas é necessário elucidar alguns pontos críticos, a exemplo da redução do estigma da doença e das pessoas vítimas de Hanseníase e seus familiares. Destaca-se que, somada à

estigmatização em razão da doença, em boa parte dos casos o estigma é duplicado, em razão da condição de deficiência associada.

A proposta de um programa de políticas públicas que vá além de medidas indenizatórias e influa na redução do estigma da doença e contribua com o combate à discriminação é um importante avanço para incluir as pessoas atingidas pela hanseníase na pauta dos direitos humanos de forma efetiva. Com o resultado desses estudos poder-se-á melhor definir as estratégias que aumentem o sucesso das ações do estado. Ressalte-se que atualmente não há, nos normativos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, formalização de competências relacionando o combate ao estigma associado à hanseníase e suas sequelas a políticas de direitos humanos na área de políticas para pessoas com deficiência.

A consultoria requerida tem, portanto, como objetivos (i) realizar levantamento de subsídios teóricos e conceituais sobre a intersecção do estigma e a discriminação enfrentados pelos atingidos pela hanseníase e a pauta de direitos humanos e deficiência; (ii) realizar levantamento de dados e informações e elaborar estudo comparativo de dados sobre hanseníase, estigma e direitos humanos; (iii) produzir recomendações e propostas de ações para subsidiar a criação de políticas públicas sobre hanseníase e direitos humanos na perspectiva da redução do estigma e da discriminação, considerando a interface com a condição de deficiência; (iv) elaborar documento contendo levantamento e análise dos dados e informações obtidos nos produtos anteriores, levantamento das ações e políticas existentes no país para pessoas acometidas pela hanseníase e propostas de políticas públicas no campo dos direitos humanos voltadas à redução do estigma e discriminação desse grupo, compatíveis com a realidade nacional, organizado em formato de publicação digital.

7. Enquadramento do Projeto

Resultado: 5. Identificação, sistematização e intercâmbio de boas práticas nacionais e internacionais em Direitos da Pessoa com Deficiência;

Ação: Realizar mapeamento de boas práticas nacionais e internacionais em direitos da pessoa com deficiência.

8. Finalidade da Contratação

Ao final da consultoria espera-se que os resultados do trabalho aprimorem e orientem as ações a serem empreendidas no âmbito desta SNDPD para a subsidiar a formulação de políticas públicas de direitos humanos direcionadas às pessoas acometidas por hanseníase no campo da deficiência.

9. Requisitos (Perfil de Qualificação)

9.1 Requisitos Obrigatórios:

- Mestrado completo em Políticas Públicas, Direitos Humanos, Ciências Sociais ou Ciências da Saúde em instituição de educação superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação;
- Graduação em Direito, Ciências Humanas, Sociais ou da Saúde em instituição de educação devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação;
- Experiência profissional comprovada de, no mínimo, 5 anos nos temas relacionados à Políticas Públicas e pessoas com deficiência ou Direitos Humanos e pessoas com deficiência;
- Inglês intermediário, com certificação que comprove o nível de proficiência no idioma.

9.2 Requisitos Desejáveis:

- Doutorado completo ou cursando, em Ciências Sociais, Direitos Humanos ou Ciências da Saúde em instituição de educação superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação;
- Experiência profissional ou acadêmica nos temas relacionados à Direitos Humanos e Hanseníase;
- Publicação de artigos acadêmicos em periódicos, anais de congressos e afins nos temas relacionados à direitos humanos, hanseníase ou pessoa com deficiência.

10. Atividades a serem desenvolvidas

- Realizar reuniões com a coordenação do projeto para definição do desenho da proposta e prestar informações sobre o andamento dos trabalhos sempre que solicitado;
- Realizar levantamento de subsídios teóricos e conceituais sobre a interseção do estigma e da discriminação enfrentados pelos atingidos pela hanseníase e os temas de direitos humanos e deficiência;
- Realizar estudo comparativo entre Brasil e outros países, como o Japão e a Índia, relatando as políticas públicas vigentes e análise sobre as políticas internacionais e sua adequabilidade à realidade brasileira;
- Realizar levantamento e análise de dados de ações e políticas existentes no país para pessoas acometidas pela hanseníase e de propostas de políticas públicas no campo dos direitos humanos voltadas à redução do estigma e discriminação desse grupo, compatíveis com a realidade nacional;
- Organizar os resultados da consultoria em formato de publicação digital.

11. Produtos e Resultados Esperados

Produto 1 – Documento técnico contendo levantamento de subsídios teóricos e conceituais sobre a interseção do estigma e da discriminação enfrentados pelos atingidos pela hanseníase e os temas de direitos humanos e deficiência.

Produto 2 - Documento técnico contendo relatório com informações e dados nacionais quantitativos e qualitativos sobre pessoas com sequelas de hanseníase, a relação da doença e suas sequelas ao desenvolvimento de deficiência e redução de funcionalidade, e seu impacto em relação à violação aos direitos humanos.

Produto 3 – Documento técnico contendo estudo comparativo entre o Brasil e outros países a serem definidos em conjunto com SNDPD, relatando as políticas públicas vigentes e análise sobre as políticas internacionais e sua adequabilidade à realidade brasileira.

Produto 4 – Documento técnico contendo levantamento e análise dos dados e informações obtidos nos produtos 1, 2 e 3, levantamento das ações e políticas existentes no país para pessoas acometidas pela hanseníase e propostas de políticas públicas no campo dos direitos humanos voltadas à redução do estigma e discriminação desse grupo, compatíveis com a realidade nacional, organizado em formato de publicação digital acessível.

12. Cronograma de Entrega e Pagamento dos Produtos

Produto	Prazo	Valor	Percentual
Produto 1	30 dias após a assinatura do contrato	R\$ 12.613,92	23% do valor total da consultoria
Produto 2	65 dias após a assinatura do contrato	R\$ 14.907,36	27% do valor total da consultoria
Produto 3	95 dias após a assinatura do contrato	R\$ 12.613,92	23% do valor total da consultoria

Produto 4	130 dias após a assinatura do contrato	R\$ 14.907,36	27% do valor total da consultoria
-----------	--	---------------	-----------------------------------

13. Valor Total do Contrato

R\$ 55.042,56 (cinquenta e cinco mil, quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

Observação importante:

- a) *O valor total do contrato é definido pela área técnica considerando a **complexidade do trabalho** a ser executado, o **tempo necessário** para a realização e a Portaria nº 3133/2019.*

14. Duração do Contrato

A duração do contrato é de 150 (cento e cinquenta) dias, após assinatura do contrato.

15. Insumos

- a) Documentos a serem disponibilizados pela Coordenação-Geral da Comissão Interministerial de Avaliação – Hanseníase;
- b) Produtos de consultorias prévias.

16. Previsão de Viagens

- Passagens e diárias para eventuais reuniões presenciais com o MMFDH serão custeados pelo Projeto, caso o (a) selecionado (a) não resida no Distrito Federal.
- O(A) consultor(a) deve ter disponibilidade para participar de eventuais reuniões na Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que ocorrerão preferencialmente por videoconferência.

17. Localidade do Trabalho

Local de trabalho: Território Nacional.

18. Número de Vagas

Número de vagas: 1 (uma).

19. Forma de Pagamento

- Os produtos serão recebidos e homologados pelo Supervisor Técnico que poderá aprová-los, mediante análise, considerando a plena concordância dos produtos com os preceitos metodológicos vigentes e os critérios de qualidade.
- Os Arquivos corrompidos ou com defeitos que impeçam a sua visualização não serão considerados até que sejam repostos pelo(a) consultor(a). A aprovação do produto ficará condicionada a essa reposição.
- Qualquer serviço realizado, mas não aceito ou não homologado deverá ser refeito, não eximindo o(a) consultor(a) das penalidade de outras sanções prevista em contrato.
- Os serviços serão remunerados em moeda nacional corrente, mediante a apresentação dos produtos intermediários e final previstos contratualmente, e uma vez aprovados pelo supervisor.
- **Os pagamentos recebidos pelo(a) consultor(a) são passíveis de tributação, de acordo com a legislação brasileira vigente. É responsabilidade do contratado efetuar os devidos recolhimentos.**
- Os pagamentos serão realizados somente após o processo de aceite e atesto.
- O produto também será avaliado em sua conformidade pela Coordenação Técnica de Parcerias - COTEP.
- O **Diretor do Projeto** reserva-se o direito de não autorizar o pagamento se, no ato do atesto pelo Supervisor técnico, os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas pelo(a) consultor(a).

20. Inscrições

- Os interessados em participar do certame deverão enviar o curriculum vitae para editais.sndpd@mdh.gov.br.

- O curriculum vitae deverá estar em PDF ou WORD e em língua portuguesa, os arquivos corrompidos ou com defeitos que impeçam a sua visualização não serão considerados.
- No e-mail deve constar no campo assunto PROJETO PNUD BRA 18/008 – Edital 02/2020.
- Os Currículos que não atenderem a tais requisitos serão desconsiderados.
- O(a) candidato(a) selecionado deverá encaminhar os comprovantes da qualificação profissional após a entrevista, em data a ser definida, sob pena de desclassificação.
- **Etapas de seleção: O processo seletivo contará com atendimento aos requisitos elencados neste Termo de referência e Entrevista.**

21. Observações Importantes

- Os produtos deverão ser encaminhados ao Supervisor Técnico para sua avaliação na data prevista no contrato.
- Os produtos a serem entregues durante a consultoria deverão seguir o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, cabendo à consultoria a revisão e a adequação, conforme prevê a ABNT.
- Os arquivos que compõem o produto deverão estar adequadamente organizados, com nomes padronizados que induzam o seu conteúdo.
- Cada produto deverá compor-se de formatos editáveis, preferencialmente, em MSOffice (Word e Excel), além de PDF.
- O(A) consultor(a) deverá solicitar comprovante de recebimento do produto pela área técnica.

22. Disposições Finais

- Conforme Decreto nº 5.151 de 22/06/2004: “É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas”.
- A execução dos trabalhos previstos neste Termo de Referência não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151 de 22/06/2004.

- Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais (especificações, desenhos, mapas, projetos, originais, arquivos, programas, relatórios e demais documentos) produzidos no âmbito do contrato devem reverter exclusivamente do MMFDH, sendo entregues antes da data fixada para o fim do contrato.
- O contratado poderá reter cópia dos produtos indicados, mas sua utilização para fins diferentes do objeto deste instrumento e sua reprodução total ou parcial dependerá de autorização prévia e expressa do MMFDH, mesmo depois de encerrado o contrato.
- **Os pagamentos recebidos pelo(a) consultor(a) são passíveis de tributação, de acordo com a legislação brasileira vigente. É responsabilidade do contratado efetuar os devidos recolhimentos.**

ANEXO I - CRITÉRIOS E ETAPAS DE SELEÇÃO

1. VALOR DA CONSULTORIA:

- a) definido pela área técnica considerando a complexidade do trabalho a ser executado e o tempo necessário para sua realização.
- b) O valor total da consultoria baseia-se nas horas, considerando a semana com 40 (quarenta) horas e o mês contendo 22 (vinte e dois) dias, conforme a Portaria nº 3133/2019

2. Os currículos recebidos dentro do prazo previsto e no formato exigido serão avaliados em duas etapas, de acordo com as fases e critérios pré-estabelecidos que se seguem.

3. FASE I - Análise Curricular

- a) Os currículos serão analisados, inicialmente, quanto ao cumprimento ou não dos requisitos mínimos obrigatórios (eliminatórios) – formação acadêmica e experiência profissional.
- b) Os currículos que não cumprirem qualquer item dos requisitos obrigatórios serão desclassificados do certame.
- c) Apenas, os currículos válidos serão pontuados com base nos critérios estabelecidos. Quanto maior o tempo de experiência comprovado, maior a pontuação (até o limite estabelecido neste edital).
- d) Serão aceitos como comprovantes de experiência os seguintes documentos: certificados, atas, contrato/carteira de trabalho, portaria de nomeação em diários oficiais (municipais, estaduais ou da União).

4. FASE II: Entrevista

- a) **Duração estimada:** até 30 minutos por candidato.
- b) Poderá ser realizada por telefone, presencial ou videoconferência - a critério da equipe designada para realizar o certame.
- c) Apenas os currículos classificados serão pontuados nesta fase (entrevistados).
- d) A pontuação será o resultado da análise dos critérios de formação acadêmica e experiência profissional exigidas.

- e) **Obrigatório:** mínimo de 03 (três) currículos classificados para a Fase II, ou seja, que cumpriram os requisitos mínimos obrigatórios.
- f) Caso contrário, o referido edital deverá ser republicado, cancelado ou ajustado para nova publicação - a critério da área técnica.
- g) **Nota de Corte:** é facultada tal prerrogativa à equipe de seleção. Neste caso, torna-se obrigatório o mínimo de 05 (cinco) currículos classificados para a Fase II.
- h) A seleção será composta por, no mínimo, 03 (três) servidores.
- i) As perguntas, obrigatoriamente, serão as mesmas a todos os candidatos classificados para a Fase II.
- j) **Entrevista** - principais temas: experiência profissional apresentada no currículo; interesse, disponibilidade de tempo e dedicação para a consultoria; conhecimentos específicos sobre a temática; conhecimentos sobre o perfil da população atendida pela área temática, etc.
- k) **IMPORTANTE:** No momento de convocação para participar da entrevista, o Supervisor do Contrato solicitará aos candidatos que apresentem as cópias autenticadas dos documentos comprobatórios, listados pelo supervisor técnico do MMFDH, no prazo a ser estabelecido pela área responsável.

ANEXO II – PONTUAÇÃO MÁXIMA E PESO POR FASE

1. FASE I: Até 69 Pontos (pontuação máxima da Fase I)

Formação Acadêmica (obrigatória + desejável):	Até 45 pontos
Graduação em Direito, Ciências Humanas, Sociais, ou da Saúde, em instituição de educação devidamente reconhecida pelo MEC (obrigatória) .	10 pontos
Inglês intermediário com certificação que comprove o nível de proficiência no idioma (obrigatório)	10 pontos
Mestrado completo em Políticas Públicas, Direitos Humanos, Ciências Sociais ou Ciências da Saúde, em instituição de educação superior devidamente reconhecida pelo MEC (obrigatória) .	15 pontos
Doutorado completo ou em curso em Ciências Sociais, Direitos Humanos ou Ciências da Saúde, em instituição de educação superior devidamente reconhecida pelo MEC (desejável) .	10 pontos

Experiência Profissional: (obrigatória + desejável)	Até 24 pontos
Experiência profissional de, no mínimo, 5 anos nos temas relacionados a Políticas Públicas e pessoas com deficiência ou Direitos Humanos e pessoa com deficiência (obrigatória) .	Até 10 pontos
Experiência profissional ou acadêmica comprovável nos temas relacionados à Direitos Humanos e Hanseníase (desejável) .	Até 8 pontos
Publicação de artigos acadêmicos em periódicos, anais de congressos e afins sobre direitos humanos, hanseníase e pessoas com deficiência (desejável) .	Até 6 pontos

2. FASE II: - Item/Pergunta (Entrevista): até 10 pontos cada.

2.1. Pontuação máxima da Fase II - o cálculo se dá pela multiplicação do número absoluto de perguntas realizadas (X) por 10 (valor máximo previsto por item/pergunta).

3. PESO POR FASE:

3.1. A Fase I (eliminatória e classificatória) - corresponde a 70% da Pontuação Total Final do Certame.

3.2. A Fase II (classificatória) - corresponde a 30% da Pontuação Total Final do Certame.

ANEXO III – CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

1. MOTIVOS DE DESCLASSIFICAÇÃO:

1. Falta de identificação (número do edital e do Projeto) no e-mail e/ou perfil ao qual se candidata;
2. O não cumprimento da Formação Acadêmica obrigatória;
3. O não cumprimento da Experiência Profissional obrigatória;
4. O não cumprimento de Conhecimento Específico obrigatório (quando for o caso);
5. Nota de Corte: quando for o caso;
6. Falta de informação das atividades desempenhadas;
7. Vínculo com serviço público ou contrato de consultoria vigente com organismo internacional;
8. Cumprindo interstício, conforme previsto nas normativas;
9. Data do envio posterior ao período determinado no certame.

2. RESULTADO

- A nota da Fase 1 corresponderá a 70% da nota final e a nota da Fase 2 será equivalente a 30%. - O candidato que obtiver a maior nota, na soma dos pontos obtidos na análise curricular (Fase 1) e na entrevista (Fase 2), de acordo com os pesos descritos acima, será selecionado para a vaga ora ofertada.
- O candidato selecionado deverá comprovar todos os requisitos obrigatórios exigidos e os desejáveis nos quais foi pontuado.
- No caso de experiência laboral, serão aceitos atestados tais como: declaração do empregador com a descrição da atividade e sua duração ou a cópia de publicação de portarias de nomeação em diários oficiais (municipais, estaduais ou da União).

- No caso de formação acadêmica, a comprovação será feita pela cópia do diploma e/ou certificado em questão.
- O candidato que não apresentar os documentos solicitados no prazo estipulado será automaticamente desclassificado. Diante disso, caso ocorra, será convocado o candidato que obtiver a segunda maior pontuação ou elegível para a apresentação dos documentos e assim sucessivamente.
- Na classificação final, caso duas ou mais candidaturas terminem o certame com a mesma pontuação, considerar-se-á como desempate a pontuação no quesito Experiência Profissional, seguido pela Entrevista e, por último, a idade.